



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0006666-46.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
 Requerente: **Gilmar Carmo Penido**
 Requerido: **Banco Santander (Brasil) S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que é correntista do réu, o qual lhe disponibilizou um limite de cheque especial no importe de R\$ 600,00.

Alegou ainda que possui débitos junto ao réu, mas que eles estão devidamente renegociados, bem como que mesmo reunindo condições de honrar seus compromissos ocorreu o cancelamento do limite de seu cheque especial.

Almeja a condena o réu a restabelecer o limite de início mencionado.

Conquanto se reconheçam como verdadeiros os fatos articulados pelo autor, sua pretensão não merece acolhimento.

Com efeito, o réu não tem a o dever de manter ou restabelecer o limite do cheque especial ao autor.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Essa questão envolve diversos aspectos e passa obrigatoriamente pela conveniência do réu em, após analisar a situação concreta, decidir a seu propósito.

Por outro lado, o autor de igual modo não tem o direito à manutenção do limite em determinado patamar, ficando o problema dependendo da negociação entre as partes ou, pelo menos, da concordância do autor quanto a termos que lhe forem oferecidos.

De qualquer sorte, e diante das peculiaridades assinaladas, não vislumbro lastro que desse suporte à postulação em apreço.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**